

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 12 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos dezanove dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Vereador	José Alberto Tavares
Carregal do Sal	10.099	Vice-Presidente	José Sousa Batista
Castro Daire	16.514	-----	-----
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Mário Marques da Silva
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

----- 1 - Ponto de situação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento “Viseu Dão Lafões 2020”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2 - Análise, discussão e aprovação da proposta de contrato de financiamento a celebrar entre CIM Viseu Dão Lafões e a Direção Geral da Administração Interna, no âmbito da candidatura para a aquisição de equipamento de proteção individual, e que será outorgado pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal em representação da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 3 - Análise, discussão e aprovação da participação da CIM Viseu Dão Lafões como parceiro da candidatura a apresentar ao Programa AdaPT, pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, de acordo com a Informação de Serviço nº 128/2014, de 14 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

- 4 - Análise, discussão e aprovação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de equipamentos de proteção individual – Cógulas/Botas e Luvas”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 5 - Análise, discussão e aprovação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para a implementação de Sistema de Informação Geográfica da CIM Viseu Dão Lafões”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 6 - Análise, discussão e aprovação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para realização do Espetáculo “A Viagem do Elefante”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -
- 7 - Análise, discussão e aprovação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para produção e edição de álbum gráfico do Espetáculo “A Viagem do Elefante”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 8 - Análise, discussão e aprovação da proposta de anulação do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para divulgação do Espetáculo “A Viagem do Elefante”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 129/2014, de 14 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 9 - Análise, discussão e aprovação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para divulgação do Espetáculo “A Viagem do Elefante”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 131/2014, de 14 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 10 - Análise, discussão e aprovação do relatório final da análise de propostas apresentadas ao procedimento concursal, para a Aquisição de Serviços para implementação do projeto de formação ação “096425/2013/34 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----
- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, informou os presentes que tinha solicitado a presença na reunião do Conselho do Primeiro

Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do n.º 6 do art.º 89.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- O Conselho Intermunicipal, deliberou, por unanimidade, justificar a falta do representante do Município de Castro Daire. -----

---- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou o Conselho que tinha solicitado a presença do Prof. Doutor Rosa Pires para apresentar ao Conselho a sua análise, crítica, à Estratégia Territorial de Desenvolvimento da CIM Viseu Dão Lafões, com especial enfoque na problemática das Termas e da sua interação com a região. -----

---- O Senhor Professor Doutor Rosa Pires, apoiado num powerpoint, apresentou, detalhadamente, o potencial de desenvolvimento do território na área do termalismo e de como esta âncora pode catapultar o território para um outro patamar de atratividade turística e elevar os seus patamares de desenvolvimento. -----

---- Referiu ainda que a articulação de uma estratégia para o termalismo com os produtos endógenos, o vinho do Dão, o Património arquitetónico e religioso, por exemplo, poderão atrair ao território um conjunto vasto de mercados que até aqui nada vêm em Viseu Dão Lafões. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por agradecer a intervenção do Professor Doutor Rosa Pires, quer pela clareza, quer pela visão do potencial que a região tem para atrair pessoas e investimentos. -----

---- Continuou afirmando que a intervenção do Senhor Professor vinha ao encontro dos anseios do Município de Viseu de se aproveitarem os fundos comunitários para o estabelecimento de uma estratégia territorial de desenvolvimento, que deverá ter um eixo central, que poderão ser as termas, até porque quantas mais pessoas visitarem as nossas termas mais pessoas aproveitarão a oferta cultural, gastronómica, ou outras, do nosso território, logo deixarão mais dinheiro no território. -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, continuou afirmando que temos que interiorizar e valorizar que aquilo que é bom para o município vizinho é certamente bom para o nosso município e para a região. Continuou reiterando que esse pensamento se inseria na sua afirmação Viseu Cidade Região. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar rever-se, na generalidade, nas posições transmitidas pelo Senhor Professor Doutor Rosa Pires, tendo mesmo afirmado que a CIM tem dado passos no sentido indicado pelo Senhor Professor, com especial incidência na área da floresta, das termas e do vinho.-----

---- Continuou afirmando que na base de toda esta problemática subsistia o problema da demografia e que era essencial olhar para ele de forma transversal ao território. -----

---- Afirmou ainda que no âmbito de uma estratégia de médio prazo urgia ligar o conhecimento com a sociedade e a economia e que uma forma de o fazer poderia ser através da criação de uma Rede Urbana para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, potenciando o “repovoamento” territorial, uma vez que este é uma necessidade instrumental.-----

---- Continuou o Senhor Presidente da Câmara de Tondela afirmando que a estratégia que a CIM tem vindo a desenvolver ia no sentido anteriormente apontado pelo que era de extrema importância a determinação de políticas ativas capazes de aumentar a atratividade do território.-----

---- Por último afirmou que não podia deixar de afirmar que nunca uma estratégia para o território foi tão trabalhada, discutida e analisada com a que se está a elaborar. --

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que começou por felicitar a extraordinária apresentação do Senhor Professor Doutor Rosa Pires, tendo esta tido o mérito de permitir a todos os presentes um enquadramento amplo sobre o potencial da região.-----

---- Continuou afirmando que concordava com a visão de que as zonas industriais fortes e consolidadas deveriam ser incrementadas, devendo-se potenciar estas para alavancar o emprego.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara do Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que afirmou que o papel dos autarcas estava a mudar até porque estes estavam perante um quadro comunitário completamente diferente dos anteriores, pelo que era importante começar-se a preparar os municípios para este novo paradigma.-----

---- Continuou afirmando concordar com o Senhor Presidente da Câmara de Tondela quanto ao problema da desertificação.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que começou por afirmar que uma das virtudes desta CIM era o saber



trabalhar em rede, tendo afirmado que tinha apreciado as palavras do Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu e que de facto esta CIM seria sempre mais forte se os 14 puxassem todos para o mesmo lado.-----

---- Continuou afirmando que o próximo quadro comunitário o trás preocupado com a sua abrangência, ou falta dela, nomeadamente, em áreas como a água, o saneamento e demais infraestruturas básicas.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Senhor Vítor Figueiredo, que manifestou a sua preocupação com a restrição que o futuro quadro comunitário coloca aos municípios em áreas com as do acolhimento empresarial.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Dr. Borges da Silva, que afirmou concordar que as termas são uma singularidade da região, pelo que importava estabelecer uma estratégia capazes de delinear quais os passos a dar quer a nível regional quer a nível local.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que começou por afirmar que era evidente que o próximo quadro comunitário ainda tinha um conjunto de questões mal resolvidas e que a problemática do emprego era uma preocupação transversal ao território, contudo não poderia deixar de realçar a capacidade que o Senhor Professor teve de nos apresentar todo o potencial que a região tem nesta área termal.-----

---- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que apresentasse a proposta de contrato de financiamento, a celebrar entre a DGAI e a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da aquisição de equipamentos de proteção individual.-----

---- O Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, explicou a tramitação legal necessária à assinatura do contrato de financiamento e à articulação deste com o protocolo a celebrar entre a CIM e as corporações de bombeiros.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que em face da ausência de pedidos de esclarecimentos colocou o ponto a votação.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que apresentasse os objetivos da candidatura.-----

----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, apresentou detalhadamente a estratégia da candidatura e o papel a desempenhar pela CIM enquanto parceira do mesmo. -----

----- Continuou a sua intervenção afirmando que era necessário decidir se a CIM integraria a candidatura e qual o município que seria piloto. -----

----- Quanto à seleção do Município o Secretário deu nota que chefe de fila da candidatura, o Espaço Atlântico, referiu que para efeitos de pontuação da candidatura, seria benéfico ser o Município com maior número de população e dimensão, o que no caso da nossa CIM seria o Município de Viseu.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que manifestou o seu apoio à candidatura, tendo igualmente manifestado disponibilidade para integrar o mesmo.-----

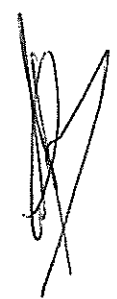

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng. Joaquim Patrício, que concordou com a participação no projeto, tal qual ele foi apresentado, mas que não poderia deixar de afirmar que de futuro a regra não poderá ser a da dimensão populacional, devendo procurar-se indicadores que permitam que sejam escolhidos outros municípios. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o teor da Informação de Serviço n.º 136/2014, de 15 de maio, relativa à aquisição de equipamentos de proteção individual – Cóculas/Botas e Luvas. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade,



representando 254.079 eleitores, aprovar que a CIM integre a candidatura como parceira e que o Município de Viseu fique como município piloto, no referido projeto.--

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o teor da Informação de Serviço nº 137/2014, de 19 de maio, relativa à aquisição de serviços para a implementação de Sistema de Informação Geográfica da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o teor da Informação de Serviço nº 133/2014, de 15 de maio, relativa à aquisição de serviços para a realização do espetáculo “A Viagem do Elefante”.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos**, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o teor da Informação de Serviço nº 135/2014, de 15 de maio, relativa à aquisição de serviços para produção e edição de álbum gráfico do espetáculo “A Viagem do Elefante”.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** o Senhor Presidente do Conselho apresentou o teor da Informação de Serviço nº 129/2014, de 14 de maio, relativa à

proposta de anulação de procedimento concursal, para aquisição de serviços para divulgação do Espetáculo "A Viagem do Elefante".-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o teor da Informação de Serviço nº 131/2014, de 14 de maio, relativa à proposta de abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços para divulgação do Espetáculo "A Viagem do Elefante".-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao décimo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apresentou, detalhadamente, o relatório final de análise de propostas relativa ao procedimento concursal em apreço.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 254.079 eleitores, aprovar a mesma.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi.-----

